



CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE MARÇO DE 2024

DESTAQUES	
RECEITA LÍQUIDA R\$ 382,0 MM +4,1% (vs 2022/23)	INVESTIMENTOS P&D R\$ 205,6 MM +2,7% (vs 2022/23)
LUCRO BRUTO R\$ 254,9 MM +20,4% (vs 2022/23)	EBITDA R\$ 185,8 MM +28,6% (vs 2022/23)
MARGEM EBITDA 48,6% +9,2 p.p. (vs 2022/23)	MARGEM LÍQUIDA 39,9% +15,0 p.p. (vs 2022/23)
MARKET SHARE 30% de plantio 20% variedades protegidas	LUCRO LÍQUIDO R\$ 152,3 MM +66,6% (vs 2022/23)
	CAIXA LÍQUIDO R\$ 447,1MM +18,9% (vs 2022/23)

Com 28 cultivares de exploração comercial, o portfólio atual de variedades protegidas de cana-de-açúcar está dividido em três grupos: Variedades Convencionais, Variedades Elite (Série 9000) e Variedades Geneticamente Modificadas (GM). Tais variedades são de alta produtividade e confiabilidade, e reduzem riscos de perda na colheita para os clientes.

Através do lançamento contínuo de variedades superiores, o setor vem substituindo as variedades mais antigas pelas mais recentes, contemplando características de alto interesse comercial (traits), antes inexistentes nessa indústria, elevando a produtividade potencial do setor.

Por fim, o CTC desenvolveu um novo sistema de plantio comercial baseado no uso de sementes sintéticas a partir de embriões de cana-de-açúcar, em substituição ao sistema atual. O objetivo é acelerar os ganhos de produtividade do setor, através da redução dos ciclos de renovação, maior sanidade do material genético, e aumento da eficiência técnica e operacional do plantio.

Temos como objetivo dobrar a produtividade do setor até 2040, com novas tecnologias para acelerar o desenvolvimento sustentável da cana-de-açúcar no Brasil.

MELHORAMENTO GENÉTICO

O programa de Melhoramento Genético tem como objetivo o desenvolvimento de variedades comerciais com produtividade superior e tolerantes a doenças.

BIOTECNOLOGIA

Desenvolvimento de variedades GM com diferentes características de interesse (traits), como resistência a pragas, tolerância a herbicidas, entre outros.

RESUMO FINANCEIRO

A safra 2023/24 foi marcada por números excepcionais, com crescimento de receita e lucro recorde. Nossas margens de contribuição se expandiram e continuamos avançando em nosso pipeline de desenvolvimento visando o aumento de produtividade do setor sucroenergético.

Em R\$ mil	4T24	4T23	Var. R\$ mil	Var. %	2024	2023	Var. R\$ mil	Var. %
Receita Líquida	100.649	92.166	+8.483	+9,2%	382.068	367.142	+4.926	+4,1%
Lucro Bruto	73.593	45.761	+27.832	+60,8%	254.938	211.799	+43.139	+20,4%
Margem Bruta	73,1%	49,6%	+23,5 p.p.	66,7%	57,7%	57,7%	+9,0 p.p.	
EBITDA	50.701	28.757	+21.944	+76,3%	185.843	144.516	+41.327	+28,6%
Margem EBITDA	50,4%	31,2%	+19,2 p.p.	48,6%	39,4%	39,4%	+9,2 p.p.	
Lucro Líquido	38.742	11.106	+27.636	+248,8%	152.307	91.437	+60.870	+66,6%
Margem Líquida	38,5%	12,1%	+26,4 p.p.	39,9%	24,9%	24,9%	+15,0 p.p.	
P&D	56.355	58.408	-2.053	-3,5%	205.626	200.139	+5.487	+2,7%
Caixa Líquido	447.143	375.917	+71.226	+18,9%	447.143	375.917	+71.226	+18,9%

(1) Inclui o intangível

Piracicaba, 22 de maio de 2024 (Bovespa Mais (CTCA3), sem negociação). O CTC - Centro de Tecnologia Canaveira ("Companhia"), líder em soluções de melhoramento genético para o setor de cana-de-açúcar no Brasil e um dos mais renomados centros de biotecnologia aplicada à cana do mundo, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre e consolidado para a safra 2023/24 (4T24 e 2024), que correspondem respectivamente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2024, e à toda a safra contemplando os meses entre abr/23 e mar/24. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão apresentadas em Reais (R\$), seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), Lei das S.A. e práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A safra 2023/24 foi recorde para o setor, seja na produção total de cana-de-açúcar, açúcar e etanol, na elevação da produtividade média dos canaviais - a maior dos últimos 10 anos - e de preços remuneradores para seus produtos, com destaque para o açúcar. Com relação aos números consolidados para o CTC, encerramos o ano safra com EBITDA de R\$ 185,8 milhões (+28,6% YoY), e margem EBITDA de 48,6%, demonstrando a robustez operacional da Companhia.

Outros destaques foram o nosso lucro líquido recorde, que subiu 66,6% em relação à safra passada, chegando a R\$ 152,3 milhões na safra, e uma posição financeira sólida, com caixa líquido de R\$ 447,1 milhões, aumento de 18,9% na comparação com a safra 2022/23. A melhoria do mix de produtos, com a comercialização de variedades de maior valor agregado, e a retomada da trajetória de expansão de nossas variedades elite e geneticamente modificadas (GM), com maiores margens de contribuição, contribuíram para o resultado positivo.

O avanço acelerado no desenvolvimento do projeto Sementes, a expansão do pipeline de Variedades Geneticamente Modificadas, além do contínuo investimento em nosso programa de Melhoramento Genético, resultaram em incremento nos investimentos e despesas de P&D da ordem de 2,7% (YoY), para R\$ 205,6 milhões no período.

O CTC vem avançando no desenvolvimento de suas plataformas tecnológicas, com o objetivo de:

- lançar novas variedades elites e geneticamente modificadas, mais produtivas e contemplando diferentes características de interesse (traits), visando entregar um portfólio robusto que abranja todas as áreas canavieiras do Brasil; e
- desenvolver um novo sistema de plantio baseado no uso de sementes de cana "engenheiradas", buscando a substituição do sistema atual e elevação de taxas de multiplicação de variedades, com benefícios significativos à sanidade do material e à eficiência do plantio.

Seguimos focados na execução do nosso planejamento estratégico de longo prazo, sendo a única empresa brasileira com infraestrutura e recursos humanos capacitados globalmente, investindo em larga escala no aperfeiçoamento genético e comercialização de cana-de-açúcar no Brasil.

Nosso caixa robusto e sólida posição financeira nos possibilitam manter a consistência de investimentos necessários para o nosso programa de pesquisa e desenvolvimento a longo prazo, condições necessárias para oferecermos soluções que incrementem, cada vez mais, a rentabilidade dos produtores, e elevem a produtividade e sustentabilidade do setor.

Nosso lucro líquido e margens de contribuição são resultado do trabalho de colaboradores engajados que nos ajudam a superar grandes desafios, bem como a transformar e evoluir nosso negócio.

Por fim, agradecemos a todos nossos parceiros, acionistas e clientes, pelo empenho e confiança depositados em nossa empresa. Seguimos trabalhando para enfrentar os desafios do futuro, e consolidar o Centro de Tecnologia Canaveira como um player global de grande relevância para o fomento da agricultura sustentável de cana-de-açúcar e o futuro da mobilidade no Brasil.

SOBRE O CTC

Somos uma empresa de BIOTECNOLOGIA E GENÉTICA aplicadas ao AUMENTO DE PRODUTIVIDADE DA cana-de-açúcar.

O Centro de Tecnologia Canaveira é líder mundial em melhoramento genético e biotecnologia aplicados à cultura da cana-de-açúcar. Presente ao longo de toda a cadeia de valor, referência internacional do pioneirismo nas inovações do setor, e peça-chave para o aumento da produtividade desta cultura, atua há mais de 50 anos no desenvolvimento de soluções para o setor sucroenergético. Em 2017, a Companhia lançou a primeira variedade de cana geneticamente modificada do mundo, com a característica (trait) de resistência à broca, uma das principais pragas que afetam os canaviais, com prejuízos anuais superiores a R\$ 5 bilhões às usinas. Esse lançamento foi um marco histórico mundial para o setor de cana-de-açúcar.

Hoje, o CTC possui quatro variedades geneticamente modificadas em comercialização, além de um pipeline robusto de variedades geneticamente modificadas, resistentes à broca e tolerantes ao glifosato. Adicionalmente ao trait de resistência à broca, o CTC também trabalha no desenvolvimento de cana resistente ao Sphenophorus, praga de difícil controle e que vem gerando crescentes perdas econômicas ao setor. Já foram identificadas proteínas promissoras e novas parcerias vem sendo firmadas para aceleração do desenvolvimento deste produto.

Amparada no amplo conhecimento das necessidades de seus clientes, a Companhia desenvolve e comercializa variedades convencionais e geneticamente modificadas, mais produtivas e adaptadas às diferentes regiões canavieiras do país. Contando com o maior banco de genótipos de cana-de-açúcar do mundo, e empregando as mais modernas ferramentas de melhoramento genético e biotecnologia - como a seleção genômica - aumenta-se a probabilidade de desenvolver as melhores variedades para as diferentes regiões produtivas do país.

Desde 2018, o CTC também conta com a operação do CTC Genomics, subsidiária integral na cidade de Saint Louis - Missouri, Estados Unidos, com o objetivo de acelerar os planos de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia vegetal da cana-de-açúcar, com ênfase na edição genômica, e que permitirá o desenvolvimento de variedades que incorporem novas características, como resistência a doenças, maior produtividade, e tolerância à seca.



SEMENTES

Tecnologia disruptiva para o plantio de cana, visando maior germinação, alta sanidade, menores perdas e maior capacidade de plantio, possibilitando a expansão acelerada de novas variedades e traits de interesse.

MANEJO

Visa extrair o potencial máximo das variedades CTC a partir de pacote tecnológico e assistência técnica para o aumento de produtividade em nossos clientes.

IMPACTOS AMBIENTAIS

O compromisso com o meio ambiente está na essência do CTC. Ao desenvolver novas tecnologias com ganhos de produtividade, permitimos o crescimento sustentável do setor, com redução do impacto ambiental da produção agrícola em consequência da menor expansão da área de cultivo e necessidade de recursos e insumos.

Trabalhamos diretamente para que toda cadeia de valor na qual estamos inseridos seja mais produtiva, competitiva e sustentável.

Internamente, monitoramos os impactos diretos sobre o meio ambiente, inventariando as emissões de gases de efeito estufa (GEE), monitorando a biodiversidade da fauna e da flora presentes em nossas instalações e gerindo os recursos hídricos e energéticos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, o CTC informa que a política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os seus auditores independentes visa assegurar a não existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseia em princípios que preservam a independência do auditor.

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras e revisões trimestrais (ITR) relacionados ao exercício findo em 31 de março de 2024 (4T24) foram realizados pela Ernst & Young Auditores Independentes, que não prestou serviços não relacionados à auditoria no período.

Disclaimer

Este material é propriedade do Centro de Tecnologia Canaveira S.A. e não poderá ser reproduzido ou disseminado, no todo ou em parte, sem nosso consentimento prévio e por escrito. As declarações aqui contidas são projeções e estimativas ("forward-looking statements", segundo a definição da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1933 - U.S. Securities Act of 1933 - e suas posteriores atualizações). Desta forma, são apenas expectativas de nossa administração quanto ao futuro da Companhia e de nossos negócios, feitas com base em circunstâncias e informações disponíveis nesta data e sem qualquer garantia de efetiva de resultados/performance ou obrigação de atualização. Apesar de baseadas em suposições razoáveis, tais projeções estão sujeitas a diversos riscos e incertezas, tais como, mas não se limitando a: (1) condições econômicas gerais, políticas, demográficas e comerciais que afetem o setor e países em que atuamos; (2) inflação, depreciação e desvalorização do real; (3) alteração do cenário competitivo (especialmente, mas não se limitando ao setor de etanol e açúcar); (4) nossa habilidade de implementar nosso plano de investimento de capital, incluindo nossa habilidade de obter financiamento quando necessário e em termos razoáveis; (5) nossa habilidade de concorrer e conduzir nossos negócios no futuro; (6) alterações na demanda dos consumidores; (7) alterações em nossos negócios; (8) intervenções do governo resultantes em alterações na economia ou legislação (regulatória, tributária, entre outras) que possam afetar nossos negócios; e (9) outros fatores que vierem a afetar nossa situação financeira, liquidez e resultados operacionais.

As informações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários Brasileira) e os CPCs (Comitês de Pronunciamento Contábeis Brasileiros) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (emitidas pelo International Accounting Standard Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO - R\$ mil	4T24	3T24	2T24	1T24
Caixa e equivalentes de caixa	227.402	190.499	219.525	254.942
Aplicações financeiras	294.176	394.535	108.165	57.332
Contas a receber	19.405	28.160	80.556	99.524
Estoques	11.173	9.912	10.391	10.972
Impostos a recuperar	-	5.323	15.779	-
Ativo biológico	1.204	1.207	1.185	1.173
Outras contas a receber	4.976	5.872	9.566	9.736
Total do ativo circulante	558.336	635.508	445.167	433.679
Contas a receber	25.129	21.123	25.454	25.951
Outras contas a receber	15.463	15.468	15.474	15.479
Depósitos judiciais	1.453	1.453	1.453	11.442
Impostos a recuperar	6.188	4.233	4.110	3.301
Ativo fiscal diferido	28.795	29.375	29.796	34.239
Total do realizável a longo prazo	77.028	71.652	76.287	90.412
Imobilizado	92.067	86.003	83.407	79.772
Direito de uso	28.135	30.392	32.269	33.436
Intangível	439.111	410.010	395.211	381.728
Total do ativo não circulante	636.341	598.057	587.174	585.348
Total do ativo	1.194.677	1.233.565	1.032.341	1.019.027

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 2024 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS					
Nota	Consolidado		Controladora		Nota	Consolidado		Controladora		
	2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023	
Ativo										
Caixa e equivalentes de caixa	8	227.402	233.787	226.348	232.888	16	21.810	16.209	19.504	14.871
Aplicações financeiras	8	294.176	142.130	294.176	142.130	14	8.546	10.302	7.793	9.306
Contas a receber	9	19.405	16.880	19.405	16.880	18	110	-	110	-
Estoques		11.173	10.468	11.173	10.468	17	2.632	175	2.632	175
Ativo biológico		1.204	1.118	1.204	1.118	26	40.522	33.709	40.193	33.345
Outros ativos	10	4.976	4.639	4.320	4.130	26	38.030	23.815	38.030	23.815
Total do ativo circulante		558.336	409.022	556.626	407.614	20	926	687	926	687
Contas a receber	9	25.129	26.353	25.129	26.353	14	20.571	26.813	20.571	26.048
Outros ativos	10	15.463	15.485	15.463	15.485	18	74.325	-	74.325	-
Depósitos judiciais	19	1.453	11.075	1.453	11.075	20	5.946	5.314	5.946	5.314
Impostos a recuperar		6.188	3.718	6.188	3.718	19	1.362	959	1.362	959
Ativo fiscal diferido	11	28.795	31.604	28.795	31.604		102.204	33.086	102.204	32.321
Total do realizável a longo prazo		77.028	88.235	77.028	88.235	21	215.046	120.909	213.126	118.670
Investimento	12	-	-	3.041	4.742		562.203	562.203	562.203	562.203
Imobilizado	13	92.067	79.765	89.700	76.246		12.630	12.308	12.630	12.308
Direito de uso	14	28.135	35.910	27.505	34.441		26.420	18.805	26.420	18.805
Intangível	15	439.111	370.577	438.857	369.992		376.485	267.966	376.485	267.966
Total do ativo não circulante		636.341	574.487	636.131	573.656		1.893	1.318	1.893	1.318
Total do ativo		1.194.677	983.509	1.192.757	981.270		979.631	862.600	979.631	862.600
							1.194.677	983.509	1.192.757	981.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reserva de capital		Reserva de integralidade patrimonial líquido	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Pagamento baseado em ações				
Saldos em 1º de abril de 2022	562.203	-	10.859	14.233	-	791.123
Pagamento baseado em ações	-	1.449	-	-	1.010	1.449
Resultados abrangentes:	-	-	-	-	-	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	308	308
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	91.437	91.437
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	4.572	-	(4.572)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(21.716)
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	-	-	65.149	-	-	(65.149)
Saldos em 31 de março de 2023	562.203	-	12.308	18.805	-	862.601
Pagamento baseado em ações	-	2.190	-	-	1.318	2.190
Recompra de ações	-	(1.868)	-	-	-	(1.868)
Resultados abrangentes:	-	-	-	-	(85)	(85)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	660	660
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	-	-	152.307	152.307
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	7.615	-	(7.615)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(36.173)
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	-	-	108.519	-	-	(108.519)
Saldos em 31 de março de 2024	562.203	-	12.630	26.420	1.893	979.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



★ continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO					DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO					
	Nota	Consolidado		Controladora		Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024			2023	2024	2023	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais										
Lucro líquido		152.307	91.437	152.307	91.437	22	422.175	393.672	422.175	393.672
Ajustes para:										
Depreciação e amortização	13, 14, 15	37.682	38.327	35.173	35.677		398.927	373.778	398.927	373.778
Provisão para perdas de crédito esperada	9, 25	(3.158)	7.950	(3.158)	7.950		20.090	27.844	20.090	27.844
Provisão para participação nos lucros	17	21.894	18.483	21.655	18.118		3.158	(7.950)	3.158	(7.950)
Resultado de equivalência patrimonial em controlada	12	-	-	5.445	7.442		(99.404)	(126.346)	(96.888)	(123.652)
Provisão para processos judiciais		403	154	403	154					
Pagamento baseado em ações	21	2.190	1.958	2.190	1.958					
Provisões de juros	18	1.468	273	1.468	273					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.809	(524)	2.809	(524)					
Provisão para benefício pós-emprego		1.552	5.981	1.552	5.981					
Resultado na venda de ativo		951	994	951	994					
		218.098	165.033	220.795	169.640					
Variações nos ativos e passivos										
Contas a receber		1.726	12.811	1.857	12.811					
Estoques		(705)	(3.123)	(705)	(3.123)					
Impostos a recuperar e ativo fiscal corrente		42.013	45.840	42.013	45.840					
Outros ativos		(388)	(4.657)	(234)	(4.552)					
Depósitos judiciais		9.622	(177)	9.622	(177)					
Fornecedores		5.612	1.559	4.632	926					
Impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente		2.825	(5.601)	2.825	(5.601)					
Salários, férias e encargos a pagar		(15.076)	(16.018)	(14.807)	(15.515)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. ("CTC" ou "Companhia") tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar, através de melhoramento genético e biotecnológico, além de novas tecnologias. A sede da Companhia está localizada na cidade de Piracicaba, no estado de São Paulo. Desde 24 de agosto de 2016 a Companhia possui registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e integra o segmento Bovespa Mais. A Companhia possui duas grandes áreas de foco de pesquisa sendo uma delas a de Melhoramento genético na qual detém um amplo banco de germoplasma de cana-de-açúcar e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da modificação genética utilizando a biotecnologia aplicadas à cana. Outro foco é na área de Novas Tecnologias, explorando tecnologias disruptivas buscando ganhos de produtividade pelo uso de variedades artificiais. Sendo esses apenas um segmento segundo o CPC 22 - Informações por segmento. O Projeto de Sementes Artificiais reforça o nosso papel disruptivo pois busca desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de semente sintética que poderá simplificar as operações de transporte, armazenamento e plantio dos produtores e usinas de cana-de-açúcar, e promover o aumento de competitividade, tanto na redução de custo (máquinas, mão de obra, insumos) como no aumento da receita. A Companhia possui uma subsidiária integral, denominada CTC Genomics LLC, localizada em Saint Louis, Estados Unidos da América, ("CTC Genomics" ou "Controlada"), cujo objeto social é de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A Companhia e sua controlada são denominadas em conjunto como "Grupo", nessas informações trimestrais. Em linha com a nossa estratégia de desenvolver tecnologias disruptivas que aumente a produtividade agrícola no setor sucroenergético, em 8 de junho de 2017, obtivemos da CTNBio, a aprovação da primeira variedade geneticamente modificada de cana-de-açúcar denominada CTC202B. Essa variedade representou um marco na indústria sucroenergética global. Desenvolvida com tecnologia de engenharia genética, a variedade CTC202B é resistente à broca da cana (Diatraea saccharalis) principal praga das lavouras brasileiras. Em 2018, tivemos a aprovação da segunda variedade de cana-de-açúcar geneticamente modificada, a CTC9001BT. No terceiro trimestre de 2019, a CTNBio publicou a aprovação do uso comercial do terceiro evento de modificação genética em variedade de cana-de-açúcar, a CTC9003BT. A nova variedade também tem como característica a resistência à broca da cana, principal praga que ameaça a cultura. Mais uma variedade elite transformada e adaptada a diferentes regiões foi aprovada para comercialização. Por fim, no terceiro trimestre de 2020, a CTNBio publicou a aprovação do uso comercial do quarto evento de modificação genética em variedade de cana-de-açúcar, a CTC7515BT. A aprovação dessa quarta variedade geneticamente modificada consolida o know how do CTC em desenvolver e aprovar variedades geneticamente modificadas de cana-de-açúcar que atendam às necessidades do setor sucroenergético brasileiro. Em 21 de setembro de 2020 foi aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho de Diretoria o orçamento para um potencial oferta pública inicial de ações ("IPO") da Companhia, considerando as demais despesas necessárias para a referida operação. Em 21 de outubro de 2020 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária a migração de segmento de listagem da Companhia, do segmento especial denominado Bovespa Mais, para o segmento especial de negociação denominado Novo Mercado, ambos perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), e a consequente submissão à B3 do pedido de migração de segmento de listagem, nos termos do Manual do Emissor e do Regulamento do Novo Mercado da B3. Em 20 de abril de 2021 a Companhia informou ao mercado sobre a postergação da oferta pública pela Companhia, em função da deterioração das condições do mercado. Atualmente a Companhia está aguardando um momento mais oportuno para a realização do IPO.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 16 de maio de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As estimativas das revisões são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 9 - Provisão para perdas de créditos esperada; • Notas Explicativas nº 6d e 15 - Capitalização de gastos com desenvolvimento; • Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros; • Nota Explicativa nº 14 - Arrendamentos mercantis operacionais; **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de março de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 6.d (iii) - Vida útil do intangível; • Nota 6.e - Redução ao valor recuperável; • Nota explicativa nº 20 - Provisão benefícios pós-emprego; • Nota Explicativa nº 21.d - Reserva de capital - Perda de outorga de ações; **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3, e reportes diretamente ao Chief Executive Officer (CEO) que assumiu internamente as responsabilidades de Chief Financial Officer (CFO). A equipe de avaliação revisa regularmente os dados necessários para o cálculo e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. **Alterações no CPC 50 (IFRS 17):** O CPC 50 (IAS 8), CPC 26 (RI) e CPC 32 (IAS 12). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relacionadas ao ciclo de melhorias, tais como: • IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 - Contrato de Seguros) - é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivalente CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro; • Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contábeis. (equivalente ao CPC 23); • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivalente ao CPC 26 (RI)); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 - Estreito o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro); e • Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em respostas as regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPES e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetada. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Estas alterações não tiveram impacto relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Base de consolidação: i) *Controlada:* As demonstrações financeiras da controlada é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ii) *Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investida são eliminados contra o investimento. As perdas não realizadas também são eliminadas a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo. b) *Instrumentos financeiros:* i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros são reconhecidos e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante

de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **Contas a receber outros recebíveis:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber. ii) *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. iii) *Passivos financeiros não derivativos:* Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. iii) *Capital social:* As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido, dedutíveis de quaisquer créditos tributários. c) *Imobilizado:* i) *Acquisição e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Diretoria, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ii) *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente serão usufruídos pela Companhia e que o seu custo seja medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos. iii) *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	5 anos	15-20 anos
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	20%
Equipamentos de informática	20%	10%
Veículos	10%	10%
Edifícios e benfeitorias	10%	10%
Beneficiárias em imóveis de terceiros	8%	8%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d) *Intangível:* i) *Projetos de pesquisa & desenvolvimento:* Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para uso proposto. ii) *Software:* Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. iii) *Amortização:* Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A amortização é revisada just no resultado baseado-se nos benefícios econômicos futuros com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativa é a seguinte:

	5 anos	15-20 anos
Projetos de pesquisa & desenvolvimento	5 anos	15-20 anos

Métodos de amortização, vida útil e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. e) **Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não sendo a perda identificável. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Diretoria se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ii) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, estoques e intangíveis, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. f) **Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas. g) **Provisão Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **Provisão benefício pós-emprego - Planos de saúde:** O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e sua controlada são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e sua controlada são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. h) **Transações envolvendo pagamento baseado em ações:** Funcionários da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pelo Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. **Transações liquidadas com títulos patrimoniais:** O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de avaliação baseado em um fluxo descontado. Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 20) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte do melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediata por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. i) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada

de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo, com exceção da Provisão para perdas de créditos esperada que segue a política da Companhia. j) **Receitas operacionais:** i) **Receitas de royalties:** Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzem juros e royalties, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os royalties devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato. As receitas de royalties reconhecidas pela Companhia referem-se à variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem, em grande parte, durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o recebimento de faturamentos do período seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como "receitas diferidas" no passivo circulante. ii) **Venda de bens e serviços:** A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas. k) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos. l) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro líquido de contribuição social sobre o lucro líquido e são consideradas a competência de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que deverão ser aplicadas às diferenças temporárias quando de sua reversão, baseando-se nas leis que estão em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros terão de ser realizados. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda de passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações poderão impactar a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos poderão ser compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionarem a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. m) **Resultados da operação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuíveis aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por ação. n) **Ativos arrendados:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia avalia a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente; • Mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercer



CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



★ continuação

9. CONTAS A RECEBER

O saldo de contas a receber de clientes é representado substancialmente por saldos referentes ao licenciamento de variedades, composto da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Clientes	44.600	43.086
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 25)	55.369	58.740
Total	99.969	101.826
(-) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	(30.777)	(32.973)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(24.658)	(25.620)
Total (nota explicativa nº 25)	(55.435)	(58.593)
Circulante	19.405	16.880
Não circulante	25.129	26.353

(i) Não classificadas na rubrica de longo prazo o saldo de R\$17.105 referente a royalties a receber das variedades CTC 1-12, em discussão judicial ou administrativa junto a determinados clientes.

A movimentação da provisão está apresentada como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial em 31 de março de 2023	(58.593)	(50.643)
Reversões	4.912	-
Constituições	(1.754)	(7.950)
Saldo final em 31 de março de 2024	(55.435)	(58.593)

As reversões e/ou constituições de provisões estão registradas na rubrica de "Outras despesas e receitas operacionais", que é divulgada na nota explicativa nº 23. A análise quanto à exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 25.

10. OUTROS ATIVOS

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Despesas antecipadas (i)	6.642	4.437	6.642	4.437
Custos de abertura de capital	11.048	11.048	11.048	11.048
Adiantamento a fornecedores	1.457	3.896	1.457	3.896
Outros ativos	1.292	743	636	234
Ativo circulante	20.439	20.124	19.783	19.615
Ativo não circulante	4.376	4.639	4.322	4.130
Total	15.463	15.485	15.463	15.485

(i) As despesas antecipadas são caracterizadas pela disponibilização de mudas para multiplicação de variedades em clientes. Estas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme acordo formalizado junto ao cliente quanto à responsabilidade de multiplicação. Os valores serão amortizados na proporção do faturamento de royalties.

11. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável apuração de lucro tributável futuro com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Consolidado e Controladora	
	Reconhecido no resultado	Reconhecidos no resultado
Perda de crédito esperada	12.047	2.882
Receita auferir	10.646	(1.687)
Provisão participação nos lucros	4.963	505
Incentivo de longo prazo	4.989	666
Diferenças temporárias	(1.565)	(1.842)
Imposto diferido líquido	31.080	524

13. IMOBILIZADO

	Consolidado		Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Equipamento de informática		Veículos		Edifícios e benfeitorias		Benfeitorias móveis terceiros		Obras em andamento		Adiantamento a fornecedores		Plântio de cana		Total
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Custo:																					
Saldo em 31 de março de 2023	74.235	6.239	9.725	8.819	2.893	49.506	11.874	931	7.580	171.802											
Adições	4.357	574	2.323	2.802	-	4.187	12.251	1.649	-	28.123											
Conversão moeda	(82)	(7)	(13)	-	-	(40)	-	-	-	(142)											
Baixas	(60)	-	(6)	(1.214)	-	(950)	-	-	-	(2.230)											
Transferências	684	121	1.160	-	-	6.546	(8.511)	-	-	-											
Saldo em 31 de março de 2024	79.134	6.907	13.189	10.407	2.893	60.199	14.664	2.580	7.580	197.553											
Depreciação:																					
Saldo em 31 de março de 2023	(46.938)	(2.789)	(6.851)	(5.308)	(964)	(23.224)	-	-	(5.963)	(92.037)											
Depreciação no exercício	(5.199)	(518)	(1.453)	(910)	(237)	(4.847)	-	-	(737)	(13.901)											
Baixa depreciação	41	2	8	368	-	32	-	-	-	368											
Conversão moeda	2	-	-	-	-	-	-	-	-	83											
Saldo em 31 de março de 2024	(52.096)	(3.305)	(8.296)	(5.850)	(1.201)	(28.039)	-	-	(6.700)	(105.487)											
Saldo em 31 de março de 2023	27.297	3.450	2.874	3.511	1.929	26.282	11.874	931	1.617	79.765											
Saldo em 31 de março de 2024	27.038	3.602	4.893	4.557	1.692	32.160	14.664	2.580	880	92.066											
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			20%												

	Controladora		Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Equipamento de informática		Veículos		Edifícios e benfeitorias		Benfeitorias móveis terceiros		Obras em andamento		Adiantamento a fornecedores		Plântio de cana		Total
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Custo:																					
Saldo em 31 de março de 2023	68.284	5.892	9.166	8.818	2.893	50.004	9.872	931	7.580	163.440											
Adições	4.267	554	2.268	2.802	-	4.187	12.251	1.649	-	27.978											
Baixas	(60)	-	(6)	(1.214)	-	(950)	-	-	-	(2.230)											
Transferências	684	121	1.160	-	-	6.546	(8.511)	-	-	-											
Saldo em 31 de março de 2024	73.175	6.567	12.588	10.406	2.893	60.737	12.662	2.580	7.580	189.188											
Depreciação:																					
Saldo em 31 de março de 2023	(44.503)	(2.665)	(6.409)	(5.310)	(964)	(21.380)	-	-	(5.963)	(87.194)											
Depreciação no exercício	(4.499)	(467)	(1.297)	(910)	(237)	(4.515)	-	-	(737)	(12.662)											
Baixa depreciação	-	-	-	368	-	-	-	-	-	368											
Conversão moeda	2	-	-	-	-	-	-	-	-	83											
Saldo em 31 de março de 2024	(49.002)	(3.132)	(7.706)	(5.852)	(1.201)	(25.895)	-	-	(6.700)	(99.488)											
Saldo em 31 de março de 2023	23.781	3.227	2.757	3.508	1.929	28.624	9.872	931	1.617	76.246											
Saldo em 31 de março de 2024	24.173	3.435	4.892	4.554	1.692	34.842	12.662	2.580	880	89.700											
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			20%												

	Consolidado		Máquinas e equipamentos		Móveis e utensílios		Equipamento de informática		Veículos		Edifícios e benfeitorias		Benfeitorias móveis terceiros		Obras em andamento		Adiantamento a fornecedores		Plântio de cana		Total
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Custo:																					
Saldo em 31 de março de 2022	68.402	5.672	8.449	7.981	2.722	43.356	13.718	480	7.294	158.075											
Adições	5.016	555	1.173	1.502	171	252	4.572	932	286	14.459											
Conversão moeda	285	24	53	-	-	164	-	-	-	526											
Baixas	(25)	(25)	(8)	(665)	-	(54)	-	(481)	-	(1.258)											
Transferências	557	13	58	-	-	5.734	(6.362)	-	-	-											
Saldo em 31 de março de 2023	74.235	6.239	9.725	8.819	2.893	49.506	11.874	931	7.580	171.802											
Depreciação:																					
Saldo em 31 de março de 2022	(41.934)	(2.342)	(5.762)	(4.516)	(714)	(18.902)	-	-	(4.391)	(78.561)											
Depreciação no exercício	(4.885)	(442)	(1.071)	(1.043)	(250)	(4.223)	-	-	(1.572)	(13.486)											
Baixa depreciação	5	-	8	251	-	-	-	-	-	264											
Conversão moeda	(124)	(5)	(26)	-	-	(99)	-	-	-	(294)											
Saldo em 31 de março de 2023	(46.938)	(2.789)	(6.851)	(5.308)	(964)	(23.224)	-	-	(5.963)	(92.037)											
Saldo em 31 de março de 2022	26.468	3.330	2.687	3.466	2.008	24.454	13.718	480	2.903	79.514											
Saldo em 31 de março de 2023	27.297	3.451	2.874	3.510	1.929	26.282	11.874	931	1.617	79.765											
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			20%												

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados se necessário de forma prospectiva. A análise foi realizada com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados em 31 de março de 2024. Plântio de cana corresponde às plantas portadoras que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura semipereña, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem duração média de cinco cortes. O montante alocado em obras em andamento refere-se principalmente a melhorias em laboratórios de pesquisas e incluindo melhorias sistêmicas. O Grupo avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo, havendo indícios, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 o Grupo não identificou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

14. DIREITO DE USO E OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso: A movimentação no direito de uso é como segue:

	Imóveis partes relacionadas		Arrendamento agrícola partes relacionadas		Arrendamento		Total
	(NE 22)	Imóveis	Veículos	Arrendamento agrícola	Arrendamento	Total	
31 de março de 2022	18.832	1.292	3.996	4.762	1.548	30.430	
Adição/remensuração	1.940	827	7.034	1.700	3.083	14.584	
Conversão de moeda	-	153	-	-	-	153	
Amortização	(3.059)	(803)	(2.				



CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.
CNPJ 06.981.381/0001-13



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais)

Controladora e consolidado	31/03/2024	31/03/2023
Passivo em 31/03/2022	5.980	6.242
Despesa Reconhecida (Custo do Serviço + Custo do Juros)	667	661
Benefícios Pagos	(271)	(220)
Passivo Atuarial Projetado em 31/03/2022 (esperado)	6.376	6.683
(Ganho)/Perda pela Mudança de Hipóteses Financeiras (Ganho)/Perda Experiência	422	(586)
Outros benefícios	1.156	—
Passivo Atuarial Projetado em 31/03/2023 (efetivo)	6.872	5.980

	2024	2023
Tábua de Mortalidade	AT-2000, por sexo	AT-2000, por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Invalídos	IAPB 1957	IAPB 1957
Rotatividade	0,30/(Tempo de Serviço + 1) (1)	0,30/(Tempo de Serviço + 1) (1)
Idade para Aposentadoria	100% aos 60 anos (2)	100% aos 60 anos (2)
Composição Familiar		

- Ativos	90% casados no momento da aposentadoria, homens 4 anos mais velhos que as mulheres	90% casados no momento da aposentadoria, homens 4 anos mais velhos que as mulheres
- Inativos	Grupo Familiar informado	Grupo Familiar informado
Taxa Estimada de Permanência no Plano	100%	100%

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social da Companhia era de R\$562.203 em 31 de março de 2024 e 2023, representado por 320.748.000 ações sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente subscrita e integralizadas. b) **Reserva legal:** Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. c) **Reserva de integralidade do patrimônio líquido:** O Estatuto Social da Companhia prevê que o lucro remanescente após destinações legais e provisionamento dos dividendos poderá ser destinado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária mediante proposta do Conselho de Diretoria, observado o limite do capital social para uma reserva estatutária denominada Reserva de Integralidade do Patrimônio Líquido, o valor atual desta reserva é de R\$376.485 (R\$267.966 em 31 de março de 2023), que representa a totalidade do saldo residual após destinações legais. d) **Reserva de capital: Pagamento baseado em ações:** A Companhia conta com um Plano de Remuneração baseada em ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2016, pelo qual são elegíveis a receber ações ordinárias determinados membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e executivos em nível gerencial, a critério do Conselho de Diretoria ("Beneficiários"). As ações serão outorgadas anualmente, de acordo com atingimento de metas organizacionais e individuais, na forma virtual (sem qualquer relação com um *phantom stock option*), ou seja, representará mera expectativa de direito. As ações físicas serão entregues aos Beneficiários através do exercício de opções de compra de ações somente na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidez. Entende-se por Evento de Liquidez a realização de uma oferta pública inicial de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia ("IPO") no futuro, com a negociação das ações de sua emissão no segmento de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como qualquer outro evento de liquidez privado assim considerado pelo Conselho de Diretoria e cujo volume financeiro seja equivalente ao IPO. Caso não ocorra um Evento de Liquidez, o Beneficiário perderá o direito ao recebimento das ações, bem como não fará jus a qualquer direito de indenização nos termos do Plano. No momento que a Companhia tenha suas ações listadas e negociadas em bolsa de valores, o preço de exercício será equivalente à quantidade de ações distribuídas, multiplicados pelo valor da ação medida com base de mercado. O plano de incentivo de longo prazo aprovado em 2016 estabeleceu 5 lotes de outorga (Safrá 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021). A proposta de alteração deste Plano foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2020, reafirmada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de janeiro de 2021 ("Plano ILP"), sob o qual foram outorgadas opções aos beneficiários de referido plano. A sexta outorga referente à Safrá 2021/2022, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária de 21 de julho de 2022. Em julho de 2023 a Companhia realizou a distribuição da 7ª outorga do Programa de Opção de Compra de Ações aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de julho de 2023, com a distribuição de 111.200 ações aos executivos-chave. Os preços de exercício de cada plano foram determinados com base no valor justo estimado das ações da Companhia em cada data de outorga.

Plano	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	6ª outorga	7ª outorga	Total
Data da outorga	20/07/2017	25/06/2018	19/07/2019	20/07/2020	13/07/2021	21/06/2022	21/07/2023	
Ações outorgadas	210.000	227.600	249.600	223.200	181.600	170.000	111.200	1.373.200
Ações canceladas (i)	—	(17.200)	(27.200)	—	—	—	—	(44.400)
Ações concedidas	210.000	210.400	222.400	223.200	181.600	170.000	111.200	1.328.800
Ações recompradas (ii)	(18.960)	(18.960)	(20.040)	(20.040)	(16.320)	(15.360)	(10.080)	(119.760)
Ações Restantes	191.040	191.440	202.360	203.160	165.280	154.640	101.120	1.209.040

(i) Refere-se a outorgas concedidas a ex-beneficiários que não pertencem mais ao quadro de funcionários da Companhia. (ii) Refere-se à recompra de ações de ex-beneficiários da Companhia. A Companhia reconheceu no período uma despesa administrativa de R\$2.190 com opções de ações (R\$1.449 em 31 de março de 2023). Em função da concessão das ações estar vinculada à ocorrência do Evento de Liquidez, não houve qualquer exercício dessas desde a constituição do plano. O total de ações outorgadas em 31 de março de 2024, 1.328.800 ações (1.217.600 em 31 de março de 2023) foi reconhecida no patrimônio líquido à rubrica de reserva de capital. O programa tem como objetivo reforçar a retenção dos executivos-chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Diretoria fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Contrato"), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. Este contrato definirá: (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das opções, (ii) o preço por ação, de acordo com o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, e (iii) quaisquer outros termos e condições adicionais, à condição de que não estejam em desacordo com as disposições do respectivo Plano ou Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia. e) **Dividendos:** De acordo com o estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	2024	2023
Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:		
Resultado do exercício	152.307	91.437
(-) Reserva legal 5%	7.615	4.572
Base de cálculo	144.692	86.865
% Dividendos mínimos obrigatórios	36.173	21.716
Dividendos mínimos propostos	36.173	21.716

f) **Resultado por ação:** A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2024	2023
Básico		
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia (a)	152.307	91.437
Média ponderada de ações em circulação (b)	320.748.000	320.748.000
Resultado por ação ordinária em (a)/(b) x 1000	0,4748	0,2851
Diluído		
Média ponderada de ações potencialmente diluída em circulação (c)	322.076.800	321.965.600
Resultado por ação ordinária em (a)/(c) x 1000	0,4729	0,2840

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2024	2023
Receitas de royalties	103.568	108.072
Receitas de royalties - partes relacionadas (nota explicativa nº 26)	295.359	265.706
Venda de mudas	14.801	23.579
Outras Receitas	5.289	4.265
Impostos	(36.949)	(34.480)
Receita operacional líquida	382.069	367.142

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Despesas com pessoal	(97.361)	(97.035)
Serviços contratados	(45.478)	(48.462)
Despesas com materiais	(34.713)	(44.571)
Depreciação e amortização	(37.683)	(38.327)
Provisão/reversão para perda de crédito esperada	3.158	(7.950)
Despesas gerais	(20.163)	(25.904)
Outras despesas (receitas)	951	(5.770)
	(231.289)	(225.938)

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:

	2024	2023
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	(127.130)	(155.343)
Despesas administrativas	(109.935)	(105.610)
Outras receitas (despesas) operacionais	5.776	(13.552)
	(231.289)	(225.938)

24. FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Receita com aplicações financeiras	45.987	41.191
Juros	7.435	4.614
Receitas financeiras	53.422	45.805
Despesas bancárias	(623)	(425)
Juros sobre empréstimos (Nota 18)	(1.358)	(272)
Ajuste a valor presente despesa	(1.518)	(1.483)
Outras despesas financeiras	(753)	(452)
Despesas financeiras	(4.252)	(2.386)
Variações cambiais, líquida	(47)	1.736
Financeiras líquidas	49.123	45.155

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado	Valor contábil	Valor justo
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Instrumentos financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras (nota 8)	520.334	374.673
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras de liquidez não imediata (nota 8)	—	—
Depósitos à vista (nota 8)	19	4
Conta corrente (nota 8)	1.225	341
Contas a receber (nota 9)	99.969	101.826
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	74.435	—
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Fornecedores (nota 16)	21.810	16.209
Outras contas a pagar	1.734	4.170

Controladora	Valor contábil	Valor justo
	31 de março de 2024	31 de março de 2023
Instrumentos financeiros		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras (nota 8)	520.334	374.673
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo		
Aplicações financeiras de liquidez não imediata (nota 8)	—	—
Depósitos à vista (nota 8)	19	4
Conta corrente (nota 8)	1.225	341
Contas a receber (nota 9)	99.969	101.826
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	74.435	—
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Fornecedores (nota 16)	19.504	14.871
Outras contas a pagar	266	2.946

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	Controladora
	2024	2023
Ativo circulante	558.336	409.022
Passivo circulante	112.842	87.823
Índice de liquidez	4,95	4,66

26. PARTES RELACIONADAS

i) **Controladora e controlador final:** O grupo de Controladores finais é formado pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raizen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Guarani S.A., Grupo Bunge e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool. ii) **Remuneração do pessoal-chave da Diretoria:** A remuneração paga para Diretoria é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R\$ 9.928 (R\$ 10.471 em 31 de março 2023). Em adição a despesas acima mencionadas, a Companhia possui um plano de remuneração baseada em ações conforme divulgado na nota explicativa nº 21. iii) **Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício decorrem de transações que são realizadas de acordo com os preços acordados entre as partes, com o Grupo e suas partes relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

	Nota	2024	2023
Contas a receber (a)	9	55.369	58.740
Passivo			
Dividendos a pagar (b)		36.173	23.815
Obrigações com arrendamento (c)	14	19.980	24.332
Outras contas a pagar (d)		1.469	1.359
		2024	2023

Resultado

Receita de vendas (e) 22 295.539 265.706

ii) **Contas a receber:** Operações com licenciamento de variedades de cana-de-açúcar e de tecnologia. Os royalties são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.

Contas a receber (nota explicativa)

	2024	2023
Grupo Bunge	14.788	14.799
Grupo Virgolino de Oliveira	8.391	8.301
Grupo Adecoagro	6.099	9.916
Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda.	5.228	4.926
Usina Açúcarreira Ester S.A.	4.805	2.981
Tonon Bioenergia S.A.	2.335	2.335
Clealco Açúcar e Alcool S.A.	2.114	1.364
Usina Santa Rosa S.A.	1.728	1.728
Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda.	1.494	1.289
Usina Açucarreira Furlan S.A.	1.164	1.827
Usina Uberaba S.A.	1.140	1.140
Dacalco Açúcar e Alcool Ltda.	872	284
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	811	844
Usina São Francisco S.A.	666	666
Usina Santo Antônio S.A.	627	627
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	523	25
Usina Itamarati S.A.	496	—
Usina Batatais S.A. Açúcar e Alcool	389	—
Contas a receber (nota explicativa)	2024	2023
Della Coletta Bioenergia S.A.	199	39
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool	181	166
Serranópolis	175	334
Usina São Luiz	170	—
Pedra Agroindustrial	167	187
Naoum	156	156
Grupo Raizen	155	36
Usina Ipiranga de Açúcar e Alcool S.A.	127	82
J. Pilon Açúcar e Alcool	122	151
Novo América Agrícola Ltda.	109	219
Grupo Uniaico	104	—
Usina Santa Adelia S.A.	100	—
Grupo Biosev	69	208
Zilor	45	—
Grupo Eth	—	2.287
Usj - Açúcar e Alcool S.A.	—	1.161
Usina Açucarreira São Manoel S.A.	—	664
Usina Petribu S/A	—	457
Usina Santa Fé S.A.	—	452
Agroterras S.A.	—	327
Grupo São Martinho	—	265
Grupo Alto Alegre	—	91
Destilaria Nova Era Ltda.	—	28
Usina Açúcar Santa Terezinha	—	23
	55.369	58.740

Exposição	Cenários		Redução do Índice em 25%	Redução do Índice em 50%
	2024	Provável		
Instrumentos				
Ativo Financeiros				
Bancos em moeda estrangeira	211	5,00	1.054	3,75
Fornecedores estrangeiros	573	Dólar	5,00	2.863
Resultado financeiro projetado				
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				
			(398)	(1.396)

Risco de variação do dólar sobre ativos e passivos expostos à moeda - aumento do índice:

Exposição	Cenários		Aumento do Índice em 25%	Aumento do Índice em 50%
	2024	Provável		
Instrumentos				
Ativo Financeiros				
Bancos em moeda estrangeira	211	Dólar	5,00	1.054
Fornecedores estrangeiros	573	Dólar	5,00	2.863
Resultado financeiro projetado				
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				
			4.896	5.876
			999	1.996

e) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do risco de receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. **Exposição e riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Riscos de crédito:** O risco de crédito é o risco de o contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos contratuais mencionados nas notas explicativas nºs 8 e 9. **Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:** O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. **Contas a receber:** Com relação às contas a receber, o Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises da situação dos clientes e de medidas cabíveis de acordo com a política vigente. Em 31 de março de 2024, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. **Contas a receber de clientes e outros recebíveis:** A despesa com a constituição dessa provisão de perdas foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. A composição por vencimento dos recebíveis na data das Informações contábeis era a seguinte:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2024	2023
A vencer	42.241	52.926
Vencido de 1 a 30 dias	996	359
Vencido de 31 a 60 dias	143	139
Vencido de 61 a 180 dias	6.545	10.150
Vencido de 181 a 360 dias	3.545	1.999
Vencido acima de 360 dias	46.499	36.253
Total (nota explicativa nº 9)	99.969	1



CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.

CNPJ 06.981.381/0001-13



→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do **CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.** Fazenda Santo Antonio, s/nº - Bloco 1 Bairro Santo Antonio, Piracicaba - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Intangíveis de desenvolvimentos de produtos:** A Companhia registra no ativo intangível os desembolsos incorridos em conexão com o desenvolvimento e aprimoramento de novos produtos. A determinação da natureza dos gastos que podem ser capitalizados, de acordo com os requisitos das normas contábeis aplicáveis, envolve julgamentos significativos por parte da diretoria, incluindo viabilidade comercial e tecnológica, previsão de lançamento dos respectivos produtos, geração esperada de receitas e estimativa do ciclo de sua vida útil. Em função dos julgamentos significativos, como acima descrito, os critérios de capitalização de gastos ao ativo intangível adotados pela Companhia foram considerados relevantes para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos intangíveis de desenvolvimento de produtos, a avaliação dos controles e critérios de classificação de gastos do intangível, teste amostral das adições de intangível para validação da existência e avaliação da

natureza dos gastos e a correta classificação, e a avaliação da análise da diretoria sobre a viabilidade comercial e tecnológica dos ativos em desenvolvimento. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos ao ativo intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 6.d e nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de

fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campanas, 22 de maio de 2024



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador-CRC SP-198698/O

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 22/05/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/05/22/CTC1576059222052024.pdf>
Hash: 1716328081ae56c25106214708b632ee76fb072dc